



A LINGUÍSTICA HISTÓRICO-DIACRÔNICA NO BRASIL PÓS-1980 E A QUESTÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO

LA LINGÜÍSTICA HISTÓRICO-DIACRÓNICA DESPUÉS DE LOS AÑOS 1980 Y LA CUESTIÓN DEL CONTACTO LINGÜÍSTICO

Tânia Conceição Freire Lobo¹

Resumo

Este texto foi concebido em duas partes distintas que dialogam. Na primeira parte, discuto como a Linguística Histórico-Diacrônica pós-década de 1980 no Brasil vem abordando a questão do contato linguístico, questão que, do meu ponto de vista, não pode ser tratada como um tema de *história externa*. Conforme Mattos e Silva (2000), o contato é aspecto central na *formatação* da variante social demograficamente majoritária do português brasileiro, o chamado português *popular* brasileiro. Na segunda parte, o foco recairá sobre a história linguística de uma das duas colônias portuguesas na América – o Estado do Brasil² – do século XVI ao XVIII, período ainda praticamente inexplorado por nós. Partindo da constatação de que nenhuma língua africana faz parte da ecologia linguística do Brasil hoje, estabeleço um contraste com o multilinguismo indígena e africano no passado e demonstro, quanto aos africanos, não só a predominância banta (cf. ALMEIDA, 2014), mas também os fortes indícios de que o quimbundo teria sido uma língua geral no Brasil colonial (cf. LIMA, 2013 e PETTER, 2017). O objetivo subjacente ao texto é afirmar a relevância de conjugar três teorias – a Teoria da Mudança, a Teoria da Aquisição e a Teoria do Contato – na abordagem histórico-diacrônica do português brasileiro.

Palavras-chave: Português brasileiro; Contato linguístico; Línguas bantas; Quimbundo.

1 Universidade Federal da Bahia. E-mail: tanlobo@gmail.com.

2 Sigo Bessa Freire (2004), quando afirma a necessidade de tratarmos em separado a história linguística do Estado do Brasil e a história linguística do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Recebido em: 31/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Resumen

Este texto está constituido de dos partes que dialogan. En la primera parte, discuto como la Lingüística Histórico-Diacrónica después de los años 1980 trata, en Brasil, la cuestión del contacto lingüístico, aspecto que, desde mi punto de vista, no se puede ver como un tema de *historia externa*. Según Mattos e Silva (2000), el contacto es un aspecto central en la *configuración* de la variante social demográficamente principal del portugués brasileño, el llamado portugués *popular* brasileño. En la segunda parte, el foco recaerá sobre la historia lingüística de una de las dos colonias portuguesas en América – el Estado de Brasil – del siglo XVI al XVIII, período todavía hoy poco investigado por nosotros. Partiendo de la constatación de que ninguna lengua africana forma parte de la ecología lingüística del Brasil de hoy, establezco un contraste con el multilingüismo indígena y africano en el pasado y demuestro, respecto de los africanos, no sólo la predominancia bantú (cf. ALMEIDA, 2014), pero también los fuertes indicios de que el quimbundo habría sido una lengua general en el Brasil colonial (cf. LIMA 2013 y PETTER, 2017). El objetivo primero del texto es afirmar la relevancia de conjugar tres teorías – la Teoría del Cambio, la Teoría de la Adquisición y la Teoría del Contacto – en el estudio histórico-diacrónico del portugués brasileño.

Palabras clave: Portugués brasileño; Contacto lingüístico; Línguas bantas; Quimbundo.

PARTE I: Português brasileiro em perspectiva histórico-diacrônica – aquisição, contato e mudança em interação

Ao estudar, na década de 1980, o nascimento do dialeto de Brazlândia, cidade-satélite de Brasília, tornada, em 1960, a nova capital do Brasil, Bortoni-Ricardo (1985, 2011) ressaltou que a primeira característica sociolinguística fundamental para a compreensão do português brasileiro contemporâneo seria a transformação das variedades linguísticas rurais (segundo ela, caracterizadas por surpreendente alto grau de uniformidade) em variedades urbanas não padrão, por ela designadas de variedades *rurbanas*, as quais, no *continuum* dialetal, estariam adjacentes às variedades rurais isoladas e altamente estigmatizadas, e seriam faladas não só nas cidades, por indivíduos não alfabetizados ou semialfabetizados de classes mais baixas e, em sua maioria, com antecedentes rurais, mas também nas áreas rurais cujos falantes se encontrassem sob a influência tecnológica e modernizadora emanada das cidades. Ela também chamou a nossa atenção para o fato de que, embora o fenômeno de mobilidade geográfica das décadas de 60 e 70 tenha se tornado objeto de especial interesse nas ciências humanas em geral, a Linguística, surpreendentemente, teria passado ao largo da questão, pouco se conhecendo do processo sociolinguístico de transformação dos dialetos rurais brasileiros em variedades urbanas.

Como sabemos, Bortoni-Ricardo (1998, 2002) propôs um modelo integrado por três *continua* para a compreensão linguística do Brasil atual: o já mencionado *continuum* “rural-urbano”, destinado à análise dos atributos sociológicos do falante; o *continuum* “oralidade-letramento”, referente à análise das práticas sociais letradas em que o indivíduo toma parte, e o *continuum* “de monitoração estilística”, atinente à análise dos processos psicológicos de planejamento e

atenção no momento da enunciação³. Retomo aqui o modelo proposto por Bortoni-Ricardo para afirmar, quanto a nós, historiadores do português brasileiro, a necessidade do seu alargamento, com a consideração de um quarto *continuum* e, para designá-lo, farei uso de expressões cunhadas por Mattos e Silva (2004), que sempre afirmou que a história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro⁴ e, por outro lado, que sempre afirmou também que o português brasileiro nasceu do contato linguístico. O quarto *continuum* seria o “do multilinguismo generalizado do passado ao multilinguismo localizado do presente”. Esses quatro *continua* são as quatro grandes coordenadas fundamentais se quisermos abordar o português brasileiro em sua historicidade, e não apenas em sua temporalidade; em outros termos, se quisermos fazer Linguística Histórica, Linguística Histórico-Diacrônica, e não apenas Linguística Diacrônica (cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2006 e MATTOS E SILVA, 2008).

Considerando os 98% de falantes nativos do português brasileiro hoje, considerando que, durante todo o período colonial, 70% da população eram índios e seus descendentes, africanos e seus descendentes (cf. MUSSA, 1991), e, por fim, também considerando os mais de 5.500.000 imigrantes europeus e asiáticos que aqui chegaram entre o final do período colonial e a década de 1970 (cf. ANDREAZZA; NADALLIN, 2011), sem dúvida e apesar do recente grande avanço das pesquisas, ainda permanece sendo um dos grandes desafios entender como índios, negros e imigrantes adquiriram o português como segunda língua e como essa segunda língua se transformou em língua nativa dos seus descendentes, a maioria, portanto, dos brasileiros.

Como sabemos, após duas décadas em que a Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil ocupou uma posição de quase marginalidade na produção acadêmica, a década de 1980 despontou como a da *fênix* finalmente renascida, nos termos de Fernando Tarallo (1984). A *fênix* renasceu, como nos revela, Mary Kato, na sua *Apresentação* do livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, com “a empreitada variacionista diacrônica, liderada no Rio de Janeiro por Anthony Naro, em São Paulo por Fernando Tarallo e em Belo Horizonte por Antônio de Oliveira” (p. 15-16), com “a pesquisa semântico-funcionalista de Faraco” (p. 16), com Rosa Virgínia Mattos e Silva – por ela chamada de arqueóloga-estruturalista, devido à publicação das *Estruturas trecentistas* em 1988 – [com Rosa Virgínia Mattos e Silva] e Fernando Tarallo cortejando-se à distância, trocando cartas e textos, com o casamento herético selado entre Fernando Tarallo – um intravariacionista sociolinguista – e ela própria, Mary Kato – uma intervencionista gerativista – e também “com a ajuda inestimável de Charlotte Galves, na formação dos alunos em teoria gramatical.” Sobre Charlotte Galves disse ainda Mary Kato (p. 16, 1993):

3 Remeto a Lucchesi (2015) para a discussão da complementaridade entre o *modelo da polarização sociolinguística* por ele proposto e o *modelo dos continua* proposto por Bortoni-Ricardo.

4 E também sempre alertou para o fato de que a escolha de cada uma dessas duas expressões – *língua portuguesa no Brasil* ou *português brasileiro* – não é aleatória.

Sua contribuição não se limitou apenas à formação sólida em teoria gerativa. Tendo aprendido primeiro o português europeu (PE) como língua estrangeira, viu-se tendo que desaprender tudo que já dominava para poder entender o que se passava no português brasileiro. Seus trabalhos comparativistas entre essas duas gramáticas [...] foram uma inspiração para o início da empreitada diacrônica.

Por fim, o contributo de três pesquisadores estrangeiros – Ian Roberts, David Lightfoot e Anthony Kroch – foi ressaltado por Mary Kato, e, no caso especificamente de Lightfoot, enfatizou-se a repercussão do seu trabalho em todos os textos do livro, por ter sido “o primeiro autor a mostrar a interdependência entre uma teoria da mudança e uma teoria da aquisição da linguagem” (p. 18).

Não é exagerado afirmar que o livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, organizado por Ian Roberts e Mary Kato em homenagem a Fernando Tarallo, cuja primeira edição data de 1993, ano seguinte ao do falecimento precoce de Tarallo, foi o grande farol de um “tempo de ciência normal” (cf. KUHN, 1978), absolutamente divisor de águas, que passou a ser conhecido como Sociolinguística Paramétrica, expressão que suponho ter sido cunhada por Fernando Tarallo em uma espécie de artigo-manifesto de 1987, intitulado “Por uma sociolinguística românica paramétrica: fonologia e sintaxe”. Para além de 9 capítulos versando sobre um expressivo conjunto de mudanças que caracterizariam a gramática do português brasileiro como distinta da gramática do português europeu, o livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* conta com a já referida “Apresentação” de Mary Kato, com o “Posfácio” de Ian Roberts, “que coloca o português brasileiro em uma perspectiva comparativa romanística, mostrando as similaridades entre o que acontece no português brasileiro atual com o que aconteceu com outras línguas românicas, principalmente o francês” (p. 26), com o capítulo “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”, de Charlotte Galves, que “tenta propor uma estrutura sentencial que acomode vários dos fenômenos descritos” (p. 26), e ainda com dois capítulos da autoria de Fernando Tarallo, intitulados “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias” e “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX”. A despeito de, sob a influência de Lightfoot (1979), o livro ter perseguido um dos mais ambiciosos objetivos da Teoria Gerativa, ou seja, o objetivo de procurar associar Teoria da Mudança e Teoria da Aquisição, parece ser possível afirmar que, à exceção do capítulo “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias”, o *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* não indaga sobre como o português foi adquirido como segunda língua por índios, negros e imigrantes e igualmente não indaga como os descendentes de índios, negros e imigrantes adquiriram a sua língua materna. Em outras palavras, o livro não associa Teoria da Mudança, Teoria da Aquisição e Teoria do Contato.

Nos limites da primeira versão deste texto, não poderei tratar, com o grau de aprofundamento exigido, como a Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil, desde a década de 1980,

vem problematizando – ou até não problematizando – a questão do contato linguístico. Em sua versão ampliada, abordarei o quase silenciamento do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) sobre a questão ao longo dos seus mais de 20 anos, discutirei o contributo da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e posteriormente na Universidade do Estado da Bahia, as trajetórias de Margarida Petter, Márcia Oliveira e Gabriel Araújo na Universidade de São Paulo, de Tânia Alkmim na Universidade Estadual de Campinas, de Hildo Honório do Couto na Universidade de Brasília, as pesquisas de Alan Baxter, Dante Lucchesi e Ilza Ribeiro na Universidade Federal da Bahia, os estudos de Klebson Oliveira, também na Universidade Federal da Bahia, sobre história social da cultura escrita e o que esses estudos desvelaram sobre escrita de negros no Brasil ainda durante o período da escravidão, a produção de Anthony Naro, Marta Scherre e, mais recentemente, de Sílvia Brandão e Sílvia Rodrigues Vieira, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Eliana Pitombo e Silvana Araújo na Universidade Estadual de Feira de Santana e, por fim, as pesquisas gerativistas, destacando, na UNICAMP, os trabalhos de Charlotte Galves e Juanito Avelar e, na USP, os de Esmeralda Negrão e Evani Vioti. Esta lista que, embora expressiva, certamente está longe de ser exaustiva, deve expandir-se também com a consideração da produção de pesquisadores vinculados a universidades estrangeiras, como é o caso, por exemplo, de Gregory Guy e John Holm.

Para finalizar esta primeira parte, poderia dizer que uma apreciação inicial e bastante geral sobre o conjunto da produção científica acima referida permite observar algumas tendências. A primeira é que, nas discussões mais atuais sobre as hipóteses explicativas para a formação do português brasileiro, os embates parecem estar se deslocando de um plano em que se opunham a *hipótese da deriva* e a *hipótese do contato* e, sendo assumida como central a *hipótese do contato*, investiga-se se as mudanças mais significativas na gramática do português brasileiro teriam sido desencadeadas pela ação de *princípios gerais* que regeriam os processos de aquisição de L2 e produziriam inovações gramaticais que são passadas para variedades L1 ou se teriam decorrido da transferência de propriedades gramaticais de línguas africanas para as novas variedades do português. Uma segunda tendência de deslocamento observável é que as pesquisas deixaram de estar exclusivamente concentradas na oposição português europeu X português brasileiro e passaram a considerar os crioulos de base lexical portuguesa, bem como as variedades do português na África, com especial interesse pelo português são-tomense, angolano e moçambicano, sobretudo pelo fato de a sua gênese estar relacionada ao contato com línguas do grupo banto, grupo em que, como veremos a seguir, também estavam predominantemente concentrados os africanos que chegaram ao Brasil. Por fim, até onde pude perceber, uma terceira característica notável é que se atribui um protagonismo ao contato do português com línguas africanas – o que é inquestionável –, mas se negligencia o contato com as línguas indígenas. Isto talvez revele o quanto nós linguistas ainda estamos distantes de uma renovada historiografia da América indígena, que há aproximadamente 30 anos reage a tratar, conforme

John Manuel Monteiro (2001, p. 4), “a história dos índios no Brasil [como se resumindo] basicamente à crônica de sua extinção”.

Passo, então, à segunda parte do texto, cujos objetivos são três: inicialmente, enfatizo o fato de que, no cenário de multilinguismo localizado do Brasil contemporâneo, nenhuma língua africana compõe a ecologia linguística do país, o que claramente contrasta com o que se observou em todo o período colonial e imediatamente pós-colonial; a seguir, apresento dados gerais sobre o tráfico atlântico de escravizados não apenas para evidenciar o multilinguismo africano no passado, mas sobretudo para demonstrar a predominância banta ao longo de todo o período; finalmente, chamo a atenção para a tese de Alencastro (2000) de que a história do Estado do Brasil é envolvida por uma história mais ampla, a do Atlântico Sul, e principalmente para a leitura feita da tese de Alencastro, o que permite considerar, conforme Lima (2013) e Petter (2017), não só o importante papel que o quimbundo teria exercido como língua veicular tanto em Angola, quanto no Brasil, como também, conforme Petter (2008, 2009, 2015, 2017), postular a existência de um *continuum* afro-brasileiro do português no Atlântico Sul.

PARTE II: Contato linguístico, bantos e quimbundo no Estado do Brasil

No cenário de multilinguismo localizado do Brasil contemporâneo, segundo o Censo de 2010, 274 línguas indígenas são faladas por 37,4% de uma população de 896.900 índios sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Falam-se dois crioulos de base lexical indígena – o karipuna e o galibi-marworno –, estima-se que aproximadamente 30 línguas de imigração sejam faladas principalmente nas regiões Sul e Sudeste por uma população que não foi recenseada e não há nenhuma comunidade linguística cuja língua materna seja uma das 200 a 300 línguas africanas que cruzaram o atlântico com o tráfico de escravizados.

Segundo Petter (2006, p. 119), as línguas africanas resistem não na condição de línguas plenas, mas de línguas especiais, ora desempenhando uma função ritual, ora desempenhando uma função de demarcação social, como *línguas secretas*. Os candomblés da Bahia, por exemplo, se distinguem em diferentes nações – nagô-queto, jeje e angola –, estando o iorubá presente em todos os cultos, mas principalmente nos da nação nagô-queto, o evê-fon nos cultos da nação jeje e, finalmente, o quimbundo e o quicongo nos cultos da nação angola. Nas comunidades quilombolas de Cafundó, em São Paulo (cf. VOGT; FRY, 1996), e Tabatinga e Calunga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1998; BYRD, 2006), *línguas secretas* derivadas de uma língua veicular de base lexical banta, sobretudo quimbundo, foram documentadas.

Quanto à questão de explicar por que nenhuma língua africana compõe a ecologia linguística do Brasil contemporâneo, o principal fator apontado tem sido a desumanizante política do tráfico – que, desde a África, teria separado os coétnicos e colíngues, para impedir que rea-

gissem contra o bárbaro sistema escravista⁵. Porém, como ressalta Lima (2013, p. 13), tal fator merece ser questionado. Diz a autora:

Constitui um lugar comum na memória social e na historiografia apontar a diversidade de línguas faladas pelos africanos trazidos para o Brasil como um empecilho para a sua comunicação. José Honório Rodrigues, por exemplo, aponta uma política colonial que estimularia uma diversidade de línguas, embora não apresente referências mais específicas para o que afirma, e nem questione a eficácia dessa política: “Foi política colonial portuguesa variar o mais que pudesse a composição da gente africana que trazia para o Brasil. Assim evitavam sua unidade, pela diversidade de língua e os mantinham submissos”. (RODRIGUES, 1983, p. 29⁶) Antônio Houaiss, apesar de atentar para as formas de comunicação travadas pelos africanos, para a convivência de códigos e para as línguas gerais, também reproduz o topos da separação, afirmando que “a mistura de línguas africanas, que as enfraquecia relativamente, começava nos portos e postos negreiros da África.” E continua: “O fato é que aqui chegados, eram separados, de modo que não ficassem juntos nem por línguas, nem por etnias, nem mesmo por famílias, a fim de serem quebrados nos seus eventuais ímpetos de rebeldia.” Houaiss também não apresenta uma referência específica para essa afirmação.

A ideia da mesclagem etnolinguística foi também sustentada por Kátia Mattoso, historiadora greco-francesa radicada por muitos anos na Bahia, no livro *Ser escravo no Brasil*, publicado inicialmente em francês em 1979 e traduzido para o português em 1982, e por Rosa Virgínia Mattos e Silva, no texto intitulado *Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro*, de 2000. Nesse texto, Mattos e Silva defende a tese – assim como já o tinham feito Yeda Pessoa de Castro e Darcy Ribeiro, por exemplo – de que foram os africanos e seus descendentes os principais responsáveis pela generalizada difusão da língua portuguesa no território americano e também pela *formatação* da sua variante social demograficamente majoritária, o chamado português *popular* brasileiro, proveniente, por sua vez, do que ela designou de *português geral brasileiro*, ou seja, o português de índios, negros e seus descendentes. Afirma que, não tendo sido possível as suas línguas se estabelecerem no Brasil,

5 Um segundo fator apontado – a não constituição plena de famílias de escravizados – também pode ser questionado. A partir da década de 1990, em reação não só às teses social-integradoras da escravidão patriarcal de Gilberto Freyre, mas também à historiografia marxista tradicional, que, a despeito da sua inquestionável relevância, enfatizava a crueldade da escravidão e por isso muitas vezes concebia o escravizado como incapaz de atuar como sujeito, iniciam-se pesquisas que, no viés dos culturalistas marxistas ingleses, concebem a cultura como um campo de conflitos, de reconfigurações identitárias, e não apenas de sujeição. Nesta linha, em que um termo como *assimilação* deixa de ter relevância como categoria analítica, a publicação, em 1999, de *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, trabalho pioneiro de Robert Slenes, abre caminho para a revisão da concepção de uma generalizada desagregação da família de escravizados no Brasil.

6 RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades*, v. I, n. 4, 1993. p.21-41.

porque eram muitas e porque foram misturadas, os africanos adotaram o português do colonizador – reestruturando-o, porque, de modo geral, o teriam adquirido sob o efeito da aquisição imperfeita de uma segunda língua – e o difundiram no território brasileiro.

Em texto de 2008, intitulado “Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa”, Mattos e Silva propõe terem sido três os principais atores da cena linguística na Babel colonial brasileira – o português europeu, as línguas gerais de base indígena (a de base tupiniquim, a de base tupinambá e a de base kiriri) e o por ela designado e acima já referido português geral brasileiro. Não considera, portanto, a possibilidade de nenhuma língua africana ter sido usada como geral – ou seja, como língua franca, língua veicular, língua de comunicação interétnica – no período colonial, hipótese que recentemente vem sendo explorada por Lima (2013) e Petter (2017).

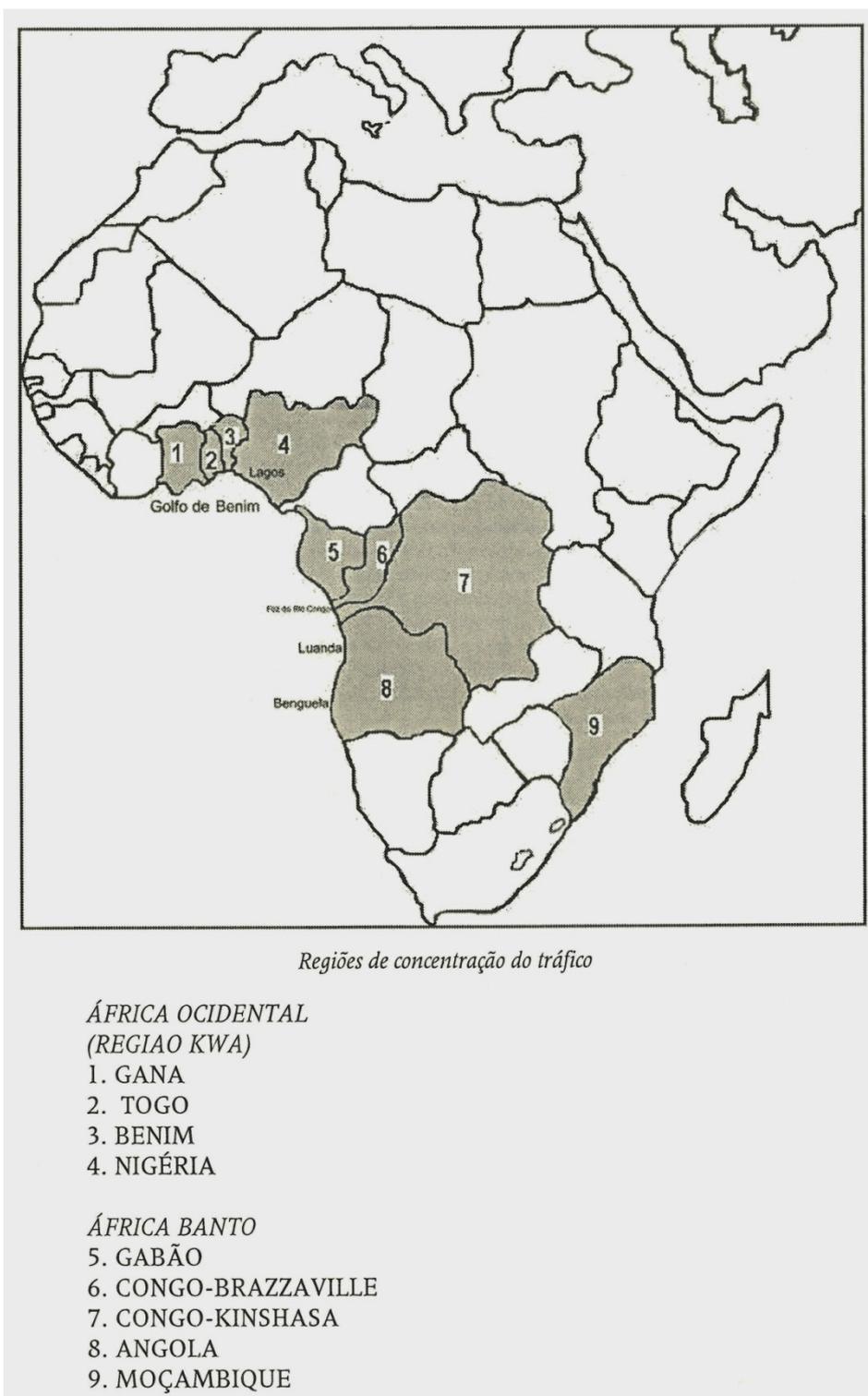
Seria preciso aqui tratar de cada um desses três atores. Como não será possível fazê-lo nos limites deste texto, apenas direi quanto à complexa história das línguas gerais de base indígena: **(i)** que a de base tupiniquim, ou língua geral paulista, se expandiu da sua área original, localizada, no século XVI, em faixa estreita do litoral de São Paulo em direção a Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná; **(ii)** que a de base tupinambá ou língua geral amazônica se expandiu da sua área original, localizada, no século XVII, no litoral do Maranhão e do Pará pela Amazônia brasileira e, subindo o Rio Negro, alcançou ainda a Amazônia venezuelana e a Amazônia colombiana; hoje resiste com o nome de nheengatu na condição de língua cooficial do município de São Gabriel da Cachoeira, o município mais plurilíngue das Américas; **(iii)** que a de base kiriri foi língua geral da faixa interiorana do Nordeste próxima à costa; **(iv)** que a história linguística das duas colônias portuguesas na América – o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará – deve ser tratada em separado, não só porque, conforme enfatiza Bessa Freire (2004), no espaço amazônico não indígena do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é só a partir do século XIX que o português vai progressivamente substituir a língua geral amazônica, como também porque, conforme enfatiza Alencastro (2009, p 18), o Estado do Brasil, “onde se desenvolvia o polo de produção escravista, entretinha relações densas e regulares com os portos e enclaves portugueses na África e, principalmente com Angola”; por fim, **(v)** que o tupinambá, língua do tronco tupi, foi descrito pelo jesuíta José de Anchieta, na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em Portugal em 1595, e que o kiriri, língua do tronco macro-jê, foi descrito pelo jesuíta Luís Vicêncio Mamiami, na *Arte de gramática da língua brasilica da nação cariri*, publicada em Portugal em 1699.

Para além das duas línguas indígenas acima referidas, também uma língua africana, o quimbundo, foi objeto de descrição gramatical no período colonial, em *A arte da língua de Angola*, escrita em Salvador e publicada, em Lisboa em 1697. Seu autor foi o jesuíta português

Pedro Dias, que vivia no Brasil desde a infância, tendo ficado a revisão da obra a cargo do jesuíta Miguel Cardoso, natural de Angola. O simples fato de terem sido estas três línguas – o tupinambá, o kiriri e o quimbundo – objeto de descrição gramatical entre os séculos XVI e XVII já é um forte indício do importante papel que teriam exercido como línguas de comunicação interétnica. Vale ressaltar ainda que a situação do quimbundo parece ter sido bastante distinta daquela que nos deu a conhecer *A obra nova da língua geral de mina*, escrita não por um jesuíta, mas por um senhor de escravos, que revelou a presença de outra língua veicular africana, porém restrita ao quadrilátero mineiro na primeira metade do século XVIII. Segundo Petter (2017), “essa ‘língua’ ou melhor, seu vocabulário não se difundiu no português falado no Brasil, nem mesmo na região mineira”, apesar de, conforme destaca Castro (2002, p. 27), ter permanecido em contextos mais específicos, implantando “as bases da estrutura conventual dos terreiros de tradição mina-jeje no Brasil (...)”.

Passemos aos dados demográficos gerais da história da escravidão, em que fica evidente o predomínio banto ao longo dos séculos. O tráfico de escravizados para o Brasil se estendeu da década de 30 do século XVI até 1850, quando se deu a sua extinção oficial, e, embora não seja possível precisar quantos vieram, se estima que entre 8.000.000 e 11.000.000 de negros tenham sido trazidos às Américas, tendo aproximadamente 4.900.000 do total se destinado ao Brasil (cf. SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 82). Duas regiões subsaarianas vão caracterizar toda a história do tráfico ao Brasil: a região oeste-africana, caracterizada por um grande número de línguas, tipologicamente muito diversificadas e faladas por um menor número de cativos, e a região banta, caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas e faladas pelo maior número de cativos (PETTER, 2006, p.124-125). As línguas do continente africano se classificam em quatro troncos: o congo-cordofaniano, o nilo-saariano, o afro-asiático e o coissã; o congo-cordofaniano se subdivide, por sua vez, em duas famílias: a níger-congo e a cordofaniano⁷. Os escravizados que chegaram ao Brasil eram falantes de línguas da família níger-congo, predominantemente dos grupos banto e kwa (cf. CASTRO, 2001).

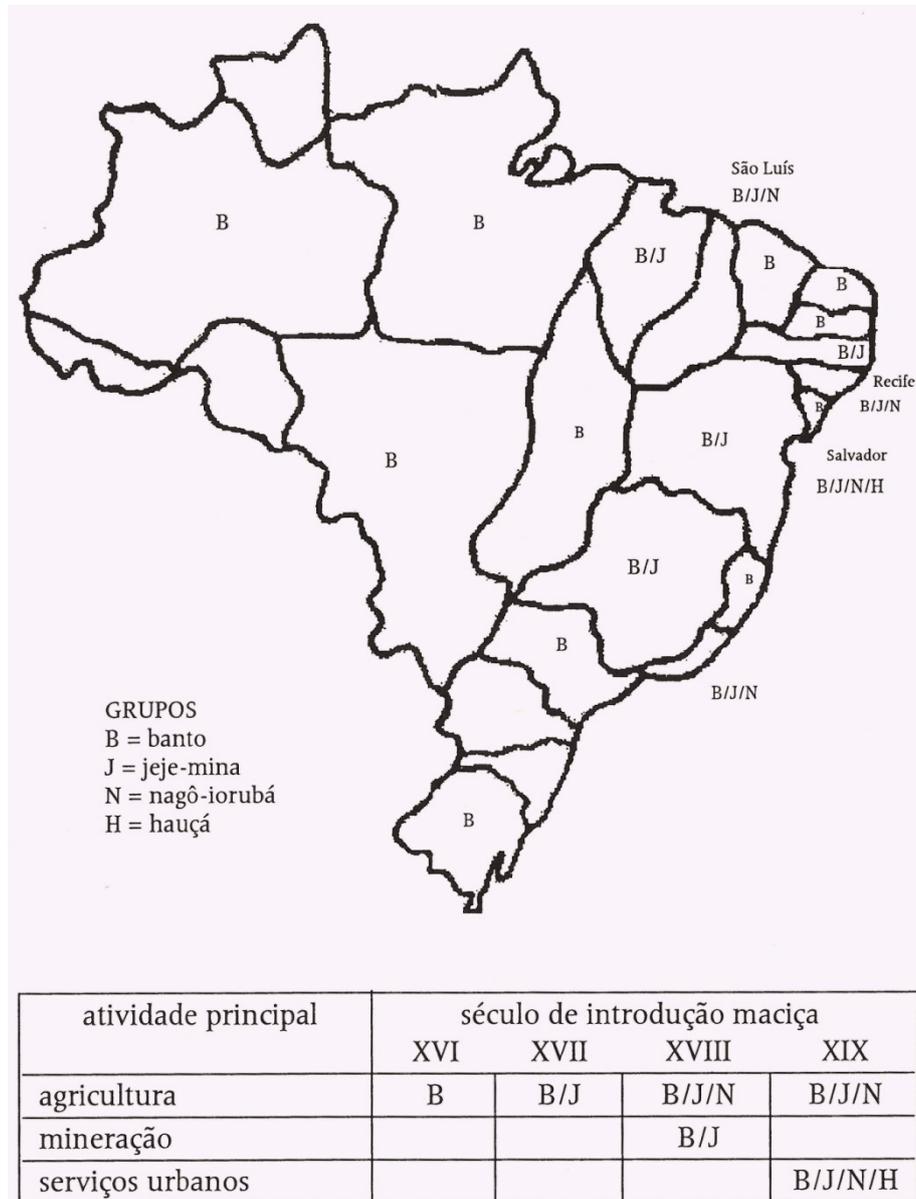
⁷ cf. Greenberg, Joseph. *The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1966 *apud* Castro 2001.



Mapa 1: Regiões de concentração do tráfico. Fonte: Castro, 2001, p. 46

Desde o final do século XVI até 1850, a presença dos bantos foi sempre majoritária: de 1580 a 1690, corresponderam a 93% do total de escravizados; de 1691 a 1750, a 55%; de 1751 a 1808, a 68% e, finalmente, de 1808 a 1850, a 71% (cf. ALMEIDA, 2014, p. 353-355). Assim, vale destacar, no que tange ao contato do português com línguas africanas, a observação de que, em razão da sua antiguidade no Brasil, da sua densidade demográfica e da amplitude geográfica

por eles alcançada, o contato linguístico com os bantos, no geral, foi muito mais profundo que com os demais grupos etnolinguísticos (cf. CASTRO, 1983, p. 2). Aqui cabe ressaltar que, ainda que a política de separar coétnicos e colíngues tenha de fato existido, não terá muitas vezes tido sucesso, já que os bantos predominaram, as suas línguas eram poucas e tipologicamente homogêneas, sendo, inclusive, possível a intercomunicação entre os falantes das três que predominaram no Brasil: o quimbundo, o quicongo e o umbundo.



Mapa 2: Esboço de mapa etnológico africano no Brasil. Fonte: Castro, 2001, p. 47

Em *O tráfico dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, Alencastro (2000) propõe a tese, explicitada no subtítulo do livro, de que a história do Estado do Brasil é envolvida por uma história mais ampla, a do Atlântico Sul. São suas palavras:

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. Ora, a ideia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. Não se trata [...] de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se unem num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo. (ALENCASTRO, 2000)

Trata-se de tese fundamental também para pensarmos, do ponto de vista linguístico, os três séculos coloniais e suas repercussões sobre a atual configuração do português brasileiro. Petter (2017, p. 13) afirma:

O fato histórico fundamental, tema da obra de Alencastro, é que a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos situada em Angola. [...] Esse relacionamento vital das duas colônias portuguesas no Atlântico fornece argumentos para a tese defendida pelo historiador na obra em tela: o Brasil se formou fora do Brasil, não como um prolongamento da Europa, mas como participante de um sistema de exploração colonial singular em ação no Atlântico Sul.

E continua a referida autora:

As evidências da história permitem extrapolar para o terreno da língua a tese de Alencastro: o PB também se formou no convívio com as línguas do Centro-Sul da África, sem negar, contudo, a matriz portuguesa, nem os contatos posteriores com línguas da África do Ocidental.

O primeiro aspecto a destacar de tal extrapolação é a sustentação dada pela tese de Alencastro à hipótese de que o quimbundo, que se tornou língua veicular em Angola, também o tenha sido no Brasil. Enquanto, no século XVI, São Tomé constituiu o primeiro grande centro de redistribuição de escravos, nos séculos XVII e XVIII, é Angola que passará a desempenhar tal papel. Concomitantemente a esta mudança, ocorrerá outra, também importante do ponto de vista linguístico: a brasilianização do tráfico, ou seja, o fato de que o comércio de escravizados deixou de ser feito no esquema clássico triangular – Europa, África e América – e passou a ser travado diretamente entre Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Luís, por um lado, e Luanda, por outro. Aqui cabe dizer o óbvio: a referência a Angola no período em questão não condiz com a geografia de Angola dos dias atuais. Para além de Luanda, situada na costa, destacam-se dois grandes reinos, o de Ndongo, ao Norte, e o de Benguela, ao Sul. O quimbundo, língua nativa dos falantes do reino de Ndongo, disseminou-se para os diversos espaços da colonização

portuguesa em território angolano (cf. PETTER, 2017, p. 30). A ideia de que a sua disseminação também ocorreu no Brasil está patente nas palavras de Lima (2013) nos dois trechos abaixo:

O fato de uma gramática do quimbundo ter sido elaborada no Brasil está conectado às várias redes que atravessavam o império luso, às várias combinações de carreiras entre Portugal, Angola, Brasil, bem detalhadas no trabalho de L. F. Alencastro. (p. 04)

O quimbundo é uma das línguas africanas mais visíveis da história do Brasil e alguns clássicos afirmam que foi usado como língua geral (MENDONÇA, 1935⁸; RODRIGUES, 1977⁹; RODRIGUES, 1983), o que é plenamente coerente com as concentrações e fluxos de africanos, para diferentes regiões, em todas as épocas, que poderiam falá-lo seja como língua vernacular, ou materna, seja como língua veicular. Considerar o quimbundo como língua geral é também coerente com todo o sistema de trocas de mercadorias, pessoas, informações no quadro do que Luiz Felipe Alencastro bem conceituou como o Atlântico Sul. Quantas viagens houve ao longo de séculos, e especialmente a partir do século XVII, conectando pessoas que falavam quimbundo, indo e vindo de Luanda? (p. 01 - 02)

O segundo aspecto a destacar é a proposta feita por Petter (2008) de um *continuum* afro-brasileiro do português, que, em sua versão estendida (2015) e apoiando-se nas abordagens de F. van Coetsem (2000)¹⁰, Myers-Scotton (2002)¹¹ e Winford (2008)¹², assume que, do ponto de vista linguístico, são semelhantes os processos que atuam em toda situação de contato linguístico e defende a continuidade — e não a ruptura genética — entre as línguas crioulas lexificadas pelo português e outras variedades de língua portuguesa, como a brasileira, a angolana e a moçambicana. Os crioulos estariam situados em um polo do *continuum*, enquanto as variedades do português estariam em outro, de acordo com o grau de *imposição* das características da língua-fonte, entendendo-se por imposição a transferência de traços da língua linguisticamente dominante de um falante para a sua versão da língua recipiente.

Palavras finais

As palavras finais serão breves. Fazendo uma apreciação inicial e geral sobre o conjunto da produção acadêmica recente sobre a constituição histórica do português brasileiro, destaquei, neste texto, uma tendência de deslocamento no sentido de que as pesquisas deixaram de

8 MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Prefácio de Rodolfo Garcia. 2 ed. Coleção Brasileira vol. 46. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

9 RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

10 VAN COETSEM, Frans. *A general and unified theory of the transmission process in language contact*. Heidelberg: Universitätsverlag, 2000.

11 MYERS-SCOTTON, Carol. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

12 Winford, Donald. Processes of creole formation and related contact induced language change. *THEMA* 2, 2008. <http://www.journal.org/>

estar exclusivamente concentradas na oposição português europeu X português brasileiro e vêm, cada vez mais, passando a considerar os crioulos de base lexical portuguesa, bem como as variedades do português na África. Nesse novo viés de investigação, o conceito de *continuum* afro-brasileiro do português revela-se bastante profícuo, podendo-se destacar já aqui o livro *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil* (LÓPEZ; GONÇALVES; AVELAR, 2018), que, tomando como central a articulação entre mudança, aquisição e contato, certamente dará novos e importantes contributos para o avanço do conhecimento sobre a gênese do português brasileiro.

Referências

ALENCASTRO, L.F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, L. F. de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p.15-26.

ALMEIDA, M.A.L. de. Tráfico de africanos para o Brasil. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2014.

ANDREAZZA, M.L.; NADALIN, S.O. História da ocupação do Brasil. In: MELLO, H.; AL-TENHOFEN, C.; RASO, T. (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

ANCHIETA, J. (1595/1980). *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BAXTER, A. Epilogue. In: LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (eds.) (dezembro de 2018). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. John Benjamins, Amsterdam, 2018.

BESSA FREIRE, J.R. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade - estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. A análise do português em três *continua*: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística. In: S. GROSSE, S.; ZIMMERMANN, K. (Orgs.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt - Alemanha: TFM, 1998, v. 1, p. 101-118.

BORTONI-RICARDO, S. M. Um modelo para a análise sociolingüística do português do Brasil. In: BAGNO, M. (ed.). *A linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 333-346.

BYRD, S. Calunga: na Afro-Brazilian speech. *Papia*, n. 16, p. 62-78, 2006.

CASTRO, Y.P. de. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 81-101, 1983.

CASTRO, Y.P. de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

CASTRO, Y.P. de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.

DIAS, P. *Arte da Lingua de Angola offerecida a virgem senhora N. Do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesu*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1697.

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, I. S. Na Bahia, a Arte da língua de Angola: comunidades linguísticas no mundo atlântico. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal - RN, 22 a 26 de jul, p.01-16, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf

LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LÓPEZ, L.A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J.O. de (org.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdã: John Benjamins, 2018.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolingüística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAMIAMI, L.V. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri* (com notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1699/1877.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1988.

MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R.V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gragoatá*, n. 9, p. 11-27, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n.34, p. 11-30, 2008

MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990 [1980].

MONTEIRO, J.M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência (em Etnologia) apresentada ao Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 1991.

MYERS-SCOTTON, C. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MYERS-SCOTTON, C. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PAIXÃO DE SOUSA, M.C. Linguística histórica. In: NUNES, J. H; PFEIFFER, C. (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, p. 11-48, 2006.

PETTER, M. *Variiedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. (orgs.). *Rosa Virgínia Mattos e Silva, Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

PETTER, M. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, ROSA, F. (orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p.151-173.

PETTER, M. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro do português. *Papia*, n. 25, p. 305-317, 2015.

PETTER, M. As línguas africanas no Brasil: o papel do quimbundo na formação do português brasileiro. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAÚJO, S. S. (orgs.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p.21-48.

QUEIROZ, S. *Pé Preto no Barro Branco: a Língua dos Negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ROBERTS, I.; KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SLENES, R.W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2 ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 [1999].

TARALLO, F. *A fênix finalmente renascida*. Boletim da ABRALIN, n. 6, p. 95-103, 1984.

TARALLO, F. Por uma sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaio de linguística*, n. 13, p. 51-84, 1987.

VAN COETSEM, F. *A general and unified theory of the transmission process in language contact*. Heidelberg: Universitätsverlag, 2000.

VOGT, C.; FRY, P. *Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WINFORD, D. Processes of creole formation and related contact-induced language change. *Journal of Language Contact*. THEMA 2, 124 -145, 2008.

Sobre Dinah Callou — Tânia Conceição Freire Lobo¹³

13 À Professora Dinah Callou, por sua trajetória acadêmica inspiradora e exemplar.